

# Superior Tribunal de Justiça

**RECLAMAÇÃO Nº 39.398 - MG (2019/0355701-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECLAMANTE** : ALEXSANDRO PEREIRA DE JESUS  
**ADVOGADO** : JOHNATA DOS SANTOS - MG182263  
**RECLAMADO** : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE  
RIBEIRÃO DAS NEVES - MG  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por ALEXSANDRO PEREIRA DE JESUS, em face de decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca de Ribeirão das Neves/MG, que, nos autos da execução penal n. 4401931-29.8.13.0024, negou o pedido defensivo de reconhecimento da figura do tráfico privilegiado, contrariando o Tema 600 desta Corte.

Consta dos autos que o reclamante foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06 (tráfico), à pena de 04 anos e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto e recolhido há 1 ano e 12 dias.

A defesa solicitou ao juízo reclamado a progressão do apenado para o regime aberto. O juízo da execução entendeu que não havia sido cumprido o requisito objetivo para o alcance do benefício.

Daí a presente reclamação, em que se alega que a decisão combatida está em nítido confronto com a jurisprudência da Terceira Seção desse Tribunal, assente no sentido de que o tráfico ilícito de drogas com incidência de causa de diminuição da pena não possui natureza equiparada a hedionda e, portanto, não pode ser equiparado ao crime previsto no caput do artigo.

Requer, em liminar, seja determinado ao Juízo de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves/MG que analise o pedido de progressão de regime do reclamante, considerando o delito pelo qual cumpre pena e no mérito, *"seja confirmada a tutela provisória e julgada procedente a presente Reclamação Constitucional para o fim de afastar o reconhecimento da hediondez na execução penal n. 4401931-29.2019.8.13.0024, determinando ao juízo reclamado que avalie a presença, ou não, dos demais requisitos legais para a progressão do apenado para o regime*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*aberto, considerando sua natureza como crime comum" (fl. 8).*

É o relatório. Decido.

De acordo com o art. 105, inciso I, alínea "f", da Constituição Federal, a reclamação será cabível para preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça bem como garantir a autoridade das decisões pela Corte emanadas.

Observa-se que, na presente hipótese, não houve descumprimento de qualquer comando judicial emanado por esta Corte Superior. O Juízo da execução indeferiu a progressão de regime do reclamante por entender que o requisito temporal só seria implementado em 22/07/2019, em razão da hediondez do delito por ele praticado.

Ocorre que a reclamação não se presta para fazer valer jurisprudência desta Corte, a qual, não é dotada de efeito vinculante. No sentido:

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES LEGAIS. IMPROPRIEDADE DO INSTRUMENTO PARA FAZER VALER SÚMULA. RECURSO REPETITIVO. NECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS NOVOS PARA ATACAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - A reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto. Precedentes.*

*II - É assente nesta col. Corte Superior de Justiça que para a propositura de reclamação voltada ao atendimento de decisão proferida em recurso repetitivo, é indispensável o prévio esgotamento das instâncias ordinárias.*

*III - Não tendo o agravante trazido qualquer argumento novo capaz de ensejar a alteração do entendimento firmado por ocasião da decisão monocrática, esta última deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.*

*Agravo regimental desprovido (AgRg na Rcl 37.822/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 17/6/2019).*

*PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. DECISUM DO JUIZADO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA*

*1. Trata-se de Agravo Interno interposto contra decism deste Relator que julgou inadmissível a Reclamação e extinguiu o feito.*

*2. Cuida-se de Reclamação proposta por Anita Pereira de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Souza contra acórdão proferido pela 11ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal Cível da 3ª Região que, não reconhecendo período laboral cujas provas encontravam-se em nome do irmão da reclamante, negou a concessão da aposentadoria híbrida por idade.*

*3. A alegada violação a precedentes baseados em Súmula do STJ e em Recursos Especiais Repetitivos não se enquadra nas hipóteses legais de cabimento do instrumento processual da Reclamação, por ausência de previsão legal.*

*4. Recorde-se que a Reclamação ajuizada com base no art. 988 do CPC/2015 pressupõe a demonstração de que o Tribunal de origem negou, de forma expressa, a autoridade de decisão proferida pela Corte ad quem, sob pena de banalizar o instrumento processual como mero sucedâneo recursal destinado a trazer ao STJ o rejugamento da causa.*

*5. O Agravo Interno não merece prosperar, pois a ausência de argumentos hábeis para alterar os fundamentos da decisão ora agravada torna incólume o entendimento nela firmado. Portanto não há falar em reparo na decisão.*

*6. Ausente a comprovação da necessidade de retificação a ser promovida na decisão agravada, proferida com fundamentos suficientes e em consonância com entendimento pacífico deste Tribunal, não há prover o Agravo Interno que contra ela se insurge.*

*7. Agravo Interno não provido (AgInt na Rcl 36.547/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/06/2019).*

É incabível o manejo da reclamação como sucedâneo recursal, tanto mais há a interposição de recurso cabível (agravo em execução), apto a questionar a suposta ofensa à jurisprudência deste Tribunal.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a presente reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator